

PERANTE A INDEPENDENCIA

Se a Guiné Bissau é hoje um Estado independente, as ilhas de Cabo Verde apenas o são sobre o papel. Durante certo tempo, o governo português pressionou para que estivesse representado no novo Estado um grupo fantoche constituído por algumas individualidades, a UPCV (União das Populações de Cabo Verde e disposta a aceitar os princípios spinolistas da África Lusitana. Os acontecimentos de 28 Setembro em Portugal, tiveram como consequência o desaparecimento de Spínola e das suas pretensões sobre Cabo Verde. A 5 de Julho, o arquipélago será independente e antecipadamente já se estabeleceu um governo paritário de transição, entre portugueses e o PAIGC.

Conforme o ponto de vista do PAIGC, o actual processo inclui as eleições gerais de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Na hora da última fase do colonialismo, duas preocupações principais animam a Direcção do PAIGC: sua implantação política e o processo de unificação com a Guiné Bissau. Mais à frente veremos até que ponto estas duas questões interessam os debates da revolução guineense e caboverdiana no seu conjunto.

Por toda uma série de razões objectivas, não se desenvolveu a luta armada em Cabo Verde (terreno pouco propício, repressão, escassa população, emigração, etc.); a partir destas difíceis condições, o PAIGC titubeou sobre a estratégia a adoptar para a libertação do Arquipélago: preparação de um desembarque militar, mobilização clandestina, etc..

Perante tais condições, o Partido teve, até o 25 de Abril, sérias dificuldades em implantar-se. Mas este facto está absolutamente ligado à formação social das ilhas e às questões estratégicas que dali proveem.

A estrutura social de Cabo Verde é mais diferenciada que a do campo guineense (ver INPRECOR Nº 14/15). Distingue-se ali uma classe de proprietários locais, uma multidão de pequenos proprietários semiproletarizados e os parceiros que representam fundamentalmente o campesinato. De 36.309 explorações agrícolas, 10.937 são exploradas pelos seus proprietários, 8.385 estão em arrendamento e 16.987 em parceria (cifras de an-

tes do 25 de Abril). A isto se agrega um grande número de assalariados agrícolas das grandes explorações, o grande e pequeno comerciante, a pequena burguesia de função e enquadramento, um ínfimo proletariado industrial e um lumpen muito forte proveniente da prodidão colonial.

O grosso do proletariado caboverdiano emigrou, principalmente para Portugal, onde há dezenas de milhares de trabalhadores caboverdianos.

Tal formação social torna mais discutíveis as explicações do PAIGC sobre a Guiné, como por exemplo que as diferenças sociais são insuficientes para se falar de luta de classes.

Portanto, o PAIGC, portador de uma concepção multiclassista faz con fusamente apelo aos trabalhadores do campo e das cidades, aos estudantes, proprietários, advogados, funcionários e empregados do comércio, médicos, engenheiros, responsáveis e professores do ensino secundário..." A simbó lica afirmação de que a "terra é para os que trabalham", estava abafada num apelo a todos os "altos funcionários, comerciantes e agricultores a comodados que têm o dever(?) de servir o nosso povo, o caboverdiano hu milde anónimo, nosso irmão (Apelo à luta armada em Cabo Verde nos pri meiros meses de 1969). Mais recentemente na "Primeira informação sobre a situação em Cabo Verde" apresentada pelo PAIGC na ONU, em Março de 1974, não se faz nenhuma alusão à questão de uma eventual distribuição das ter ras depois da independência.

A situação actual deve ser lida no triptico da linha política na cionalista do PAIGC, da catastrófica situação económica do arquipélago - ameaçado permanentemente pela fome - e os impulsos espontâneos do movi mento de massas.

Depois do 25 de Abril de 1974, o PAIGC enfrentou a necessidade impe rativa de construir rapidamente um hegemonia política perante as tendên cias direitistas spinolistas, cuja arma ideológica preferida era a denun cia do "imperialismo guineense" no arquipélago.

Evidentemente o PAIGC obteve neste terreno uma vitória ao impôr ao exército português que cessasse as actividades subversivas destes grupe lhos. Hoje em dia, embora desigual, a hegemonia do PAIGC sobre a vida po lítica do país é um facto consumado.

A ilha de São Tiago está particularmente bem controlada e constitui o núcleo em torno do qual se organiza a vida do Partido em todo o arqui-

pélagos. Algumas ilhas como São Vicente, e onde o PAIGC parece estar menos organizado, experimentam em contrapartida, um aumento maior de movimento de massas devido aos problemas sociais que ali existem. O movimento tomou, segundo as ilhas, as formas mais diversas: Em São Tiago ocupação de terras; em São Nicolau ocupação da alfândega e da polícia; em Santo Antão ocupação da residência dos administradores, os quais foram transformados em armazéns, em São Vicente, ocupação de uma estação emissora privada, etc..

*pori: aventureira
de / diante
pêlas*

Neste quadro, as relações entre o PAIGC e os portugueses no seio do governo de coligação, estão determinadas pelas relações entre o PAIGC e o movimento de massas. Será que este procura reforçar a mobilização, politizá-la, proporcionar-lhe objectivos estratégicos anticapitalistas, ou então pelo contrário, procura instrumentalizá-lo para utilizá-lo tácticamente frente os portugueses, conservando a ideia de "reconciliação nacional"?

Parece que a Direcção do PAIGC escolheu esta segunda atitude: Maioritariamente nega-se opor a mobilização, pois a relação de forças que espera conseguir antes do 5 de Julho, não pode obter-se senão por meio de profunda implantação popular do Partido. Mas maioritariamente também, não dá esta mobilização senão um sentido restricto: "apoiar o partido".

idem

É assim por exemplo, que o controle popular de passageiros no aeroporto do Sal, para prevenir a fuga de divisas, foi proposto pelo partido. Também por proposta sua foi ocupada a Rádio São Vicente e os trabalhadores organizam ali piquetes de vigilância. Mas quando os trabalhadores de construção civil quiseram entrar em greve, a Direcção do partido pediu-lhes que desistissem da ideia porque o governo não podia receber pedidos de aumento de salário. Com efeito, o colonialismo havia estabelecido um curioso contrato entre o Estado e o patrão da empresa; no caso de se conceder um aumento aos operários, estava previsto que não seria o patrão mas sim as finanças públicas que suportariam o suplemento salarial. A atitude do partido não foi de denunciar este contrato, de abrir os livros de contabilidade e nacionalizar a empresa. Preferiu garantir a "reconciliação nacional" fazendo abortar a greve.

*amadas / me fe' ou
/ Jovâncos / p'vícios
C&*

TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO EM BISSAU

ULTIMO MINUTO: Seis noites de recolher obrigatório permitiram ao PAIGC desbaratar uma tentativa de golpe de estado realizada por um grupo de ex-oficiais dos comandos africanos, de Manuel Gardete, ex-deputado guineense Fernando Luna, ex-presidente da Assembleia Legislativa da Guiné colonial.

Em INPRECOR Nº 14/15 escrevemos: "No que respeita a estes militares, foram desarmados e enviados para as suas aldeias de origem. O subsídio que lhes foi dado até Dezembro, constitui um pequeno capital que lhes permitirá reiniciar a sua actividade agrícola. Sem dúvida constituem uma força contra-revolucionária potencial que não se pode minimizar." Frente a estes perigos, nos opomos à "reconciliação nacional" do PAIGC, uma análise de classe urbana guineense e a necessidade de uma mobilização popular sobre objectivos anticapitalistas. De nada serve ocultar as massas que a pequena burguesia colaboradora continua sendo uma força social reaccionária durante longo período, a ponto de já não se encontrar com as massas na rua no momento de confronto contra a reacção.

... que em 24 de Março declarou em Dakar: "Quando o PAIGC tomou posse em Setembro e Outubro das zonas que todavia não estavam sob o seu controle, decidiu no sentido de uma reconciliação nacional, de não praticar uma política geral de depuração e de excluir as represálias. Tal política não deixa de criar certos problemas...".

Sobre a questão agrária também se estabeleceram relações contraditórias entre o movimento de massas e a direcção do PAIGC. Embora se esteja esperando um projecto de reforma agrária, as massas iniciaram um movimento de ocupação de terras, com a criação de comités eleitos, que se ocupam de diferentes funções. Pouco a pouco se desenvolve a recusa em pagar a renda aos Morgados (grandes proprietários).

Evidentemente, o PAIGC apoiou e inclusivamente dirigiu estes movimentos. Desencadeou um início de depuração e prendendo alguns reaccionários. Foi assim que Almeida Henriques, português, viu ocupadas as suas terras de banana (a SACOFIL) na região de Santa Cruz (Santiago), antes de ir parar à cadeia. Mas o movimento de massas não se detém a meio

caminho e um tal Jorge Querido, grande proprietário e ex-dirigente do PAIGC antes do 25 de Abril, deve a sua salvaguarda à intervenção da direcção nacional.

Finalmente, em certos lugares, como os Órgãos (Santiago), as massas camponesas são muito retardatárias ainda, e impõem aos militantes do PAIGC uma atitude flexível. Isto deve-se à falta de uma política coerente, apoiada sob o signo de uma reforma agrária, tendente a associar as massas camponesas miseráveis a uma revolução social. Na ausência desta finalidade, a política do Partido, tanto no que respeita à questão agrária, como na questão de desenvolvimento económico, continua sendo empírica, motivada por razões tácticas e a miúdo heterogéneas, segundo as sensibilidades locais das estruturas.

A AJUDA ECONÓMICA

Perante a catastrófica situação económica a direcção do PAIGC viu-se obrigada a uma tarefa dupla:

- Um plano de urgência de ajuda financeira e alimentar, e
- Um plano de industrialização a médio prazo.

Portugal é muito reticente em ajudar Cabo Verde, pois tem uma balança de pagamentos desmesuradamente desequilibrada e o objectivo da viagem de Silvino da Luz foi de diversificar as ajudas e bater um pouco em todas as portas.

Ficam por determinar as implicações que terão estas ajudas sobre o futuro regime caboverdiano. A ajuda alimentar dos países imperialistas é conhecida por converter-se rapidamente numa arma eficaz utilizada com fins de dominação política e económica. Pode-se citar o director do programa "Food for peace" que declarou que "a rápida chegada de aviões norte-americanos carregado de víveres, depois do desastre do terramoto no Chile, contribuiu mais para as relações entre o Chile e os Estados Unidos que qualquer outra acção norte-americana em curso nos últimos anos". A administração americana tem uma vontade constante de servir-se da ajuda alimentar como meio de penetração comercial: - "Aqueles que assistimos agora, serão nossos clientes amanhã" (Mac Govern, director em 61/62 do Food for peace).

Processo de, por, p/ice

Se o plano de urgência é inevitável, se se deve pedir ajuda (inclusivamente ao diabo), não deixa de ser trágico ver a direcção do P.A. I.G.C. pedir sem medidas, ao mesmo tempo que se declara resolutamente (!) não alinhado. O não-alinhamento nunca impediu as leis imperialistas de mercado de exercerem-se sobre todas as contradições de uma economia transitória, ao sair do colonialismo, desprovida de um verdadeiro programa anticapitalista.

A nação caboverdiana, assim como a guineense, são hoje objecto de mais sórdida das chantagens. Seja dos dirigentes estalinistas ou dos estados imperialistas cada um correndo para tirar benefício das dificuldades do PAIGC, para bloquear qualquer processo de radicalização.

Outras posições seguem-se às dos Estados Unidos, França, Japão, República Federal da Alemanha, inclusivé a África do Sul... Os belgas da Petrofina propoem, para São Vicente, uma refinaria, o Estado receberá o 10% da produção e deverá comprar outras 10%. Este acordo está a espera da assinatura, mas foi concebido antes do 25 de Abril, no regime colonial.

*Pa. Almeida de...
circulo 1971-72
to*

Este pequeno arquipélago continua exacerbando os apetites dos imperialistas. A sua situação geográfica e de primeira importância para a OTAN. Mas o jogo vai muito mais além do papel estratégico do aeroporto do Sal.

No desigual processo das lutas de libertação da Guiné e Cabo Verde, é evidente que os últimos meses permitiram as massas caboverdianas se unirem, para logo baixar o nível da consciência das massas guineenses. Esta mudança deve-se tanto à estrutura social caboverdiana, como pela contribuição essencial de uma politização rápida que a juventude caboverdiana adquiriu, fundamentalmente o seu componente pequeno burguês intelectual, que passou pelas universidades portuguesas. Situação muito distinta da Guiné, onde o partido controlava o essencial das massas camponesas dos centros urbanos.

A QUESTÃO DA UNIDADE

Este desenvolvimento desigual do processo político dos dois países, ao transtornar, em certa medida, as coisas, confere ao arquipélago de Cabo Verde um papel muito mais decisivo do que a da sua situação no Oceano Atlântico.

O desenvolvimento das lutas e dos debates no partido em Cabo Verde repercutir-se-ão sobre a situação guineense e orientarão parcialmente a marcha dos acontecimentos neste país. Isto é absolutamente importante para abordar a questão da Unidade Guiné-Cabo Verde.

Durante certo tempo a direcção do PAIGC se contentou em justificar este objectivo apenas pelos vínculos históricos entre os dois povos, fundamentalmente no processo da luta conduzida pelo PAIGC. Contudo não basta recordar a unidade linguística e a unidade no partido para responder às manobras reaccionárias que tendem a exacerbar as questões raciais entre os dois povos.

Em primeiro lugar é necessário reconhecer que uma importante fracção de pequena burguesia das cidades da Guiné é caboverdiana e que o derivativo racista anti-caboverdiano contra o qual é necessário lutar, encobre parcialmente, nas populações miseráveis, uma oposição às camadas privilegiadas. Em contrapartida é grave ignorar a questão nacional caboverdiana. É por isso que é totalmente positivo que alguns dirigentes do PAIGC afirmaram, há alguns meses, publicamente, a existência de duas nações e a sua autodeterminação própria sobre a questão da unidade.

Só tendo em consideração os direitos nacionais caboverdianos, na perspectiva de uma educação internacionalista das massas, se podem frustrar as tentativas de divisão do imperialismo. Isto implica a consideração dos interesses das massas populares caboverdianas e guineenses e não de todas as classes ou camadas. A unificação não deve permitir a um comerciante caboverdiano explorar os trabalhadores de Bissau. É claramente de uma unificação internacionalista dos dois povos em luta de que queremos falar. Neste caso é possível que um camponês manjaco do Norte da Guiné não compreenda porque se fala de interesses comuns com o camponês caboverdiano enquanto se esquece de lhe falar do seu "primo" manjaco que vive a 20 Km de sua casa, do lado senegalês.

O PAIGC, ao dar uma resposta parcial à questão da unificação, evita o ponto das tarefas estratégicas perante o conjunto da revolução africana. Há que felicitar-se do processo de unificação destes dois países, sem ocultar o essencial: o isolamento da revolução guineense não se de

têm nesta etapa e depende das lutas de toda a região.

E por isso que é perfeitamente irresponsável assinar com o regime senegalês um comunicado no qual as duas partes "... consideram que não há razões fundamentais (!) que justifiquem uma política internacional diferente dos dois países, principalmente no plano africano. Os dois países estão conscientes das responsabilidades que lhes incumbem no que respeita a manutenção da paz e da segurança, conforme os princípios da carta das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana". (Bissau, 9 de Janeiro)

Não se deve ter qualquer
Não há que, senão não ter qualquer ilusão sobre a capacidade da unidade Guiné-Cabo Verde, no quadro de um estado nacionalista já marcado pelos estigmas do burocratismo e no qual se enfrentam, pouco a pouco, as tendências mais diversas.

Podem estabelecer
A questão da unificação é também de grande importância para estabelecer a autoridade do Estado bonapartista que se vislumbra. Sendo que uma parte importante da direcção nacional do PAIGC é de origem caboverdiana, sua credibilidade sobre as massas urbanas da Guiné-Bissau implica romper os prejuízos chauvinistas anticaboverdianos.

ao o B1 195
o núcleo de
Libos
o incidente de
com o bombar
em Tombo
de
de
Em Cabo Verde haverá que estabelecer o tipo de exército que existirá, assim como a construção de um movimento sindical. A questão das milícias e sua função não será, em última instância, senão definida em função da correlação de forças entre o movimento de massas e as tentativas de uma direcção fora do projecto nacionalista que se está formando. O mesmo para a questão sindical, no que respeita a independência dos sindicatos com relação ao partido e ao Estado. Unificar a Guiné será tanto mais delicado para a direcção do PAIGC quando os dois movimentos tiverem alcançado graus diferentes de organização e autonomia perante o aparelho do Estado. Haverá que escolher entre o contágio de um pelo outro ou a coerção para fazer retroceder um a nível do outro.

de
de
A vida do PAIGC em Cabo Verde não pode senão ser muito diferente da que conhece na Guiné Bissau. Os jovens elementos pequeno-burgueses que passaram pelas universidades em Portugal, onde fizeram contacto com a juventude revolucionária portuguesa, experimentaram, graças a esta, uma ampliação das suas referências políticas. Têm agora

que conciliar o seu apego e devoção ao nacionalismo do PAIGC e sua busca, no seio do movimento operário, das respostas racionais às questões políticas que se lhes põem. Tal necessidade, conduziu, por facilidade evidentemente, a uma sedução pró-chinesa sedução pequeno-burguesa pelas vitórias da revolução chinesa sobre o subdesenvolvimento. *???*

quem é oportunista?
Mas esta via, ao deixar boa parte às concepções gradualistas, não é enfrentada, antes se adapta ao nacionalismo ambiente.

Nos boletins do PAIGC aparecem já as chamadas de atenção contra o "oportunismo da direita" e o "oportunismo da esquerda", assim como grandes dissertações explicando que reclamar o poder popular se identifica com o reforço do partido.

programa trótski com ênfase/tese anticapitalista
Haverá complots imperialistas contra a direcção nacionalista ca- boverdiana. Haverá múltiplas intrigas reaccionárias para fazer de novo o arquipélago um campo neocolonialista. Mas preparar-se para tais provas não passa pela utilização táctica do movimento de massas, mas sim pelo seu desenvolvimento, sua politização sistemática, pelo fim do mito de reconciliação nacional, pela formulação de um programa anticapitalista no quadro de uma estratégia integrada das lutas de classe em toda a região.

Mas o PAIGC está já muito comprometido no que chama seu não alinhamento e desde há muitos meses a diplomacia africana têm as suas redes favorecendo a parte mais perigosa do nacionalismo do PAIGC: o oportunismo.

Para os marxistas revolucionários é muito importante seguir a situação na Guiné Bissau e Cabo Verde, pois os problemas que ali se põem como por exemplo a questão da unificação, devem estar no centro da nossa própria estratégia política nesse continente.

C. Gabriel

8 de Março de 1975

In: "Inprecor" nº 23 de 17.4.75 - Revista da IV
Internacional - Bruxelas